

Convocação para assembleia geral decidir sobre o indicativo de greve para o dia 24 de outubro

A FASUBRA também orientou a paralisação e mobilização nacional no dia 24 de outubro (com atos radicalizados, fechamento de portões e trancamento de ruas).

O Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade Brasília (SINTFUB) convoca todos os trabalhadores e trabalhadoras a participar da **assembleia geral que acontece no dia 20 de outubro às 9h na Praça Chico Mendes na UnB**, campus Darci Ribeiro. Após deliberação da FASUBRA, será avaliada a possibilidade ou não de deflagração de greve por tempo determinado a partir do dia 24 de outubro.

A greve terá como eixo central derrotar a PEC 241/16 e cobrar do governo o cumprimento do Acordo de Greve de 2015. O início do movimento paredista será no dia da votação da PEC em segundo turno, na Câmara dos Deputados dia 24 de outubro. O término está previsto para o final da votação no Senado Federal, ou na data do arquivamento da PEC, caso a mesma seja derrotada.

Outro cenário possível será reafirmar a resolução da última Plenária Nacional da FASUBRA, mobilizada em Estado de Greve, amadurecendo as possibilidades de greve unificada. A participação de todo calendário com o funcionalismo federal na perspectiva de deflagrar mais à frente uma greve em conjunto com o funcionalismo ou minimamente da educação federal, rumo à greve geral, é imprescindível.

A FASUBRA também orientou a paralisação e mobilização nacional no dia 24 de outubro (com atos radicalizados, fechamento de

portões e trancamento de ruas), e de adesão ao dia nacional de greve, que será convocado pelas centrais sindicais e que ainda está em discussão.

São tempos sombrios para os trabalhadores do funcionalismo público. Após tomar o poder, o governo de Michel Temer tem apresentado propostas de desmonte e sucateamento do serviço público. Nada despretensioso, o ataque frontal e sem reservas deste governo custará o trabalho e a vida dos servidores públicos.

Atualmente, planos de demissão em massa têm sido veiculados pela mídia em empresas estatais. No último Encontro Jurídico da FASUBRA houve relatos sobre trabalhadores técnico-administrativos em educação que sofrem assédio moral em seu ambiente de trabalho, adoecimento e até suicídios. São fatos preocupantes e diante da conjuntura política e econômica do país, tende a agravar.

Os servidores públicos de todas as esferas sofrerão as consequências da PEC 241/16, caso seja aprovada. Após ser votada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, a PEC segue para apreciação em segundo turno no dia 24 de outubro.

Salários serão congelados e investimentos em políticas públicas (educação, saúde e segurança) serão limitados durante 20 anos. Este é um dos maiores ataques aos trabalhadores do serviço público e a população brasileira, em especial os mais pobres. O PLC 54/17 (antes PLP 257/16) também penaliza os trabalhadores resultando no desmonte do serviço público.

O momento é de luta para garantir os direitos conquistados e impedir que propostas como a reforma da previdência e trabalhista, cortes de orçamento nas instituições públicas de ensino superior, reforma do ensino médio, projeto Escola Sem Partido sejam aprovadas.

A luta é contra o descumprimento do termo de acordo de 2015 (FASUBRA), a aprovação da lei que altera o regime de partilha

da PETROBRAS, retirando a sua exclusividade como operadora única do Pré Sal (e a consequente perda de recursos da educação e da saúde) etc.

Esta é a hora dos trabalhadores do serviço público unir forças para derrotar o retrocesso de direitos e o novo Estado Mínimo. O serviço público brasileiro não é culpado pela crise econômica e fiscal e seus trabalhadores e o povo brasileiro não vão pagar a conta.

Assessoria de Comunicação SINTFUB